

Superior Tribunal de Justiça

Concurso Público

Nível Médio



Cargo **9** :

Técnico Judiciário

Área:

Administrativa

Caderno de Provas

Aplicação: **9/5/2004**

Tarde

Verde

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (AZUL ou VERDE). Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.
- 2** Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e trinta** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 130**.
- 3** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4** Recomenda-se não marcar ao acaso, pois, para cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, haverá penalização, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – STJ, de 26/2/2004.
- 5** Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6** Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7** A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 10/5/2004**, a partir das 10 h – Gabaritos oficiais preliminares (provas objetivas): Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 11 e 12/5/2004**, das 9 às 16 horas – Recursos (provas objetivas): Gerência de Atendimento ao Candidato, CESPE/UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, ICC Norte, Mezanino, Brasília – DF.
- III 2/6/2004** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2004 – STJ, de 26/2/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet: www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 130 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

Atenção! No item zero da **folha de respostas**, assinale o campo correspondente ao tipo de provas que você recebeu:

AZUL VERDE

Confira se o tipo de provas indicado no rodapé de cada página deste caderno corresponde ao tipo de provas que você recebeu.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8

Dar o peixe ou ensinar a pescar?

1 Ainda é muito comum o argumento de que, no combate
à pobreza no Brasil, não se deve dar o peixe, mas ensinar a
pescar. Os resultados de pesquisas recentes, no entanto, indicam
4 que ensinar a pescar pode ser muito pouco para uma grande
massa de população que já se encontra em situação de extrema
privação.

7 A pobreza é uma metáfora para o sofrimento humano
trazido à arena pública, e pode ser definida de maneiras distintas.
Muita energia é despendida na busca de uma definição rigorosa,
10 capaz de distinguir com clareza o sofrimento suficiente do
sofrimento insuficiente para classificar alguém como pobre, mas
aqui isso não é necessário: apenas para conduzir a argumentação,
13 vamos tratar pobreza como uma situação extrema, na qual se
encontram os indivíduos pertencentes a famílias que não
dispõem de renda para adquirir uma cesta de alimentos e outros
16 bens de consumo, como vestimentas e medicamentos.

Pesquisas embasadas nesse tipo de definição estimam
que uma fração entre um terço e a metade da população
19 brasileira possa ser considerada pobre. Essa é uma definição
forte; e estimativas subjetivas de linhas de pobreza demonstram
que boa parte da população brasileira ainda consideraria
22 insuficientes as rendas de famílias que se encontram em níveis
superiores aos usados nessas pesquisas como linha de pobreza.

Vamos assumir, também, que a existência desse tipo de
25 pobreza é socialmente inaceitável e, portanto, que desejamos
erradicá-la o quanto antes. É óbvio que o horizonte de tempo
proposto define que tipos de mudança na sociedade serão
28 necessários. Provavelmente, um prazo mais curto exigirá
políticas mais drásticas.

Para manter a argumentação em torno das propostas
31 mais debatidas, atualmente, para a erradicação da pobreza no
país, vamos definir como limite razoável algo entre uma e duas
décadas.

34 A insuficiência de recursos nas mãos de parte da
população pode ser entendida como resultado ou de uma
insuficiência generalizada de recursos ou de má distribuição dos
37 recursos existentes. Logo, o combate à pobreza pode tomar dois
rumos básicos: aumentar o nível de recursos *per capita* da
sociedade ou distribuir melhor os recursos existentes. Nada
40 impede, é claro, que as duas coisas ocorram simultaneamente.

Os caminhos para o aumento dos recursos *per capita*
encontram-se entre dois extremos: diminuir a população ou fazer
43 com que a economia cresça mais rápido que ela. Como as
estratégias de diminuição da população existente, em um prazo
razoável, beiram o absurdo, a proposta de crescimento da
46 economia, maior do que a do crescimento da população, é
geralmente muito mais debatida no Brasil.

Dadas as dificuldades que se colocam para o

- 49 crescimento acelerado de qualquer economia, durante
muito tempo se sugeriu que o problema da pobreza no
Brasil poderia ser enfrentado pela via do controle de
52 natalidade. Embora esse argumento, ainda hoje, encontre
algum eco fora dos meios acadêmicos, todas as
evidências empíricas disponíveis rejeitam a viabilidade
55 da erradicação da pobreza por meio da redução no ritmo
de reprodução da população.

Marcelo Medeiros. *In: UnB Revista*,
dez./2003-mar./2004, p. 16-9 (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 No primeiro parágrafo, a idéia central pode ser resumida da seguinte forma: é necessário dar bens de subsistência para quem já se encontra em situação de miséria extrema.
- 2 O texto, apesar de falar em “argumentação” (l.12 e 30), é predominantemente descritivo, uma vez que apresenta os contornos e as características da parte da população brasileira considerada “pobre”.
- 3 Do segundo ao quinto parágrafos, é apresentada, entre distintas acepções de pobreza, a que será adotada pelo autor e mediante a qual devem ser entendidas as suas idéias.
- 4 Nos parágrafos sexto e sétimo, o autor associa a pobreza, fundamentalmente, a aspectos econômicos e financeiros, argumentando que, para saná-la, é imperioso elevar a renda *per capita*.
- 5 No último parágrafo, a proposta de diminuição da taxa demográfica de pobres, com o estímulo ao controle e à redução da natalidade, é defendida pelo autor.

A partir do texto **Dar o peixe ou ensinar a pescar?**, julgue os itens seguintes.

- 6 Além de ser correta, a substituição do termo “despendida” (l.9) por **dispendida** não altera o sentido do texto.
- 7 O emprego do itálico em “*per capita*” (l.38 e 41) justifica-se por se tratar de uma expressão estrangeira que significa, no contexto, em língua portuguesa, **por cabeça ou por pessoa**.
- 8 O último parágrafo do texto, sem sofrer qualquer alteração de estrutura e de sentido, transcrito entre aspas da forma como se encontra redigido, pode fazer parte tanto do corpo de uma ata quando de um relatório.

Os itens subseqüentes são reescrituras adaptadas de partes de textos extraídos de **UnB Revista**, n.º 9, dez./2003-mar./2004. Julgue-os quanto a acentuação gráfica, emprego do sinal indicativo de crase, concordância, regência e pontuação.

- 9 Políticas de controle da natalidade não são uma solução viável, não só porque violam a liberdade das famílias de decidir seu tamanho, mas, também, porque causam um vazio geracional que, futuramente, poderá ter diversos impactos negativos para a sociedade.
- 10 O crescimento da economia parece ser uma proposta mais tentadora: crescer aumenta a quantidade de recursos disponíveis e, se os resultados desse crescimento forem distribuídos a todos, a tendência é de que a pobreza seja reduzida.

1 O Superior Tribunal de Justiça (STJ) compõe-se de, no mínimo, 33 ministros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal. Os ministros são escolhidos por meio de listas tríplices, por voto secreto, pela maioria do plenário, que se reúne para tal fim.

7 Podem ser ministros do STJ os brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, conforme determina o texto constitucional. Um terço das vagas é preenchido por juízes dos tribunais regionais federais (TRFs) e um terço é composto por desembargadores dos tribunais de justiça; o terço restante é reservado, em partes iguais, a advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, desde que tenham mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e sejam indicados, em listas sêxtuplas, pelos seus órgãos de representação.

Internet: <<http://www.stj.gov.br>> (com adaptações).

A respeito das informações e da estrutura do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 11 De acordo com a Constituição brasileira, qualquer brasileiro que tenha entre 35 e 65 anos de idade pode ser ministro do STJ.
- 12 Caso o STJ seja composto pelo número mínimo de ministros estabelecido, 11 de seus membros serão do Ministério Público Federal, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- 13 Se houver 36 ministros no STJ, então pode-se garantir que 24 deles foram escolhidos, em partes iguais, entre os juízes de TRFs e entre os desembargadores dos tribunais de justiça.
- 14 No trecho “é reservado, em partes iguais, a advogados” (l.13), o termo sublinhado pode receber o sinal indicativo de crase, sem prejuízo da norma culta brasileira.

Rocinha, Vidigal, Santa Teresa, Tijuca, Cerro Corá, não importa o endereço, o saldo de mortos da violência em menos de dois dias no Rio de Janeiro perfaz 10 pessoas entre adultos e crianças, homens e mulheres, bandidos e cidadãos comuns. Segurança zero, insegurança, medo e terror, 100. A criminalidade não é, nem pode ser, encarada como problema tópico, sazonal, raro. Integra, há décadas, o cotidiano carioca. E não se resolverá com a ocupação episódica das favelas, premida por uma ou outra batalha entre traficantes por pontos mais rentáveis de venda de drogas. O controle militar de regiões conflagradas é obrigação do Estado. O município precisa retomar a rotina. O direito de ir e vir é assegurado pela Constituição. No Rio, precisa do aval do tráfico. Já passou da hora de o poder público garantir a cada um, na cidade, um pouco de paz. E muita segurança.

O Iraque é aqui. In: *Jornal do Brasil*, 11/4/2004, capa (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema por ele abordado em toda a sua abrangência, julgue os itens seguintes.

- 15 Sabe-se que o tráfico de drogas ilícitas desempenha papel significativo no aumento do índice de criminalidade e da sensação de insegurança que atualmente toma conta do país, principalmente em suas grandes cidades.
- 16 Referindo-se à antiga capital brasileira, o dramático quadro exposto no texto reflete uma situação de extrema violência que, com igual ou menor intensidade, não se manifesta nas demais regiões do país.
- 17 Espera-se que a nova legislação antidrogas adotada recentemente pelo Brasil reduza o consumo dessas substâncias, justamente por torná-lo crime e prever pesadas penalidades para quem for pego fazendo uso delas.
- 18 Em determinadas regiões e situações, na cidade do Rio de Janeiro, o direito constitucional que as pessoas têm de se locomover fica subordinado ao poder de decisão de grupos criminosos.
- 19 O texto dá a entender que a onda de violência que assola a Cidade Maravilhosa não passa mesmo de uma onda, isto é, algo passageiro, uma conjuntura problemática intercalando longos períodos pacíficos.
- 20 Normalmente, as áreas geográficas urbanas mais carentes recebem pouco ou quase nada do poder público, cuja ausência tende a ser preenchida pelo assistencialismo de líderes criminosos que nelas se instalam.
- 21 Os recentes episódios de violência que assolam o Rio de Janeiro, levando desespero e pânico a milhares de pessoas, demonstram a relação direta de causa e efeito entre pobreza e criminalidade.
- 22 Entre os meios utilizados pelas quadrilhas criminosas e pelo denominado crime organizado para agir e se expandir plenamente, está a corrupção de integrantes do Estado.
- 23 É nas favelas das grandes cidades que se instalam os verdadeiramente grandes traficantes de drogas ilícitas, pessoas que controlam a circulação dessas drogas em escala internacional.
- 24 Um cenário de amplas carências, em que faltem assistência à saúde, acesso à educação de qualidade e perspectivas de emprego, favorece a absorção da mão-de-obra jovem por parte dos narcotraficantes.

A respeito da composição, da organização e da competência do STJ, julgue os itens a seguir.

25 A Corte Especial, órgão especial do STJ, é constituída por 25 ministros do STJ e presidida pelo presidente do tribunal.

26 As três seções do STJ compreendem seis turmas, que são compostas em observância às opções feitas pelos ministros do STJ, atendendo-se à ordem de antiguidade. O ministro mais antigo da corte será o coordenador-geral da justiça federal.

27 Considere a seguinte situação hipotética.

Um ministro de Estado aplicou a um servidor público federal a pena de demissão, após regular processo administrativo disciplinar. O servidor impetrou, contra o ato demissionário, um mandado de segurança em que alegou cerceamento de defesa e violação ao princípio do contraditório.

Nessa situação, caberá à Terceira Seção do STJ processar e julgar o mandado de segurança.

28 Considere a seguinte situação hipotética.

Um governador de estado foi preso em flagrante por agentes da Polícia Federal, em face da prática do crime de homicídio tentado contra um desafeto político. O advogado do governador impetrou um *habeas corpus* contra a prisão do paciente.

Nessa situação, caberá à Corte Especial do STJ processar e julgar o *habeas corpus*.

29 Considere a seguinte situação hipotética.

No voto proferido em um Recurso Especial (RESP) em que a decisão recorrida negava vigência a uma lei federal, o ministro-relator propôs a revisão de jurisprudência assentada em súmula pela respectiva seção do STJ, sendo acompanhado pelos demais ministros.

Nessa situação, a turma remeterá o feito de sua competência à seção de que for integrante.

Acerca do provimento e da vacância de cargo público, julgue os itens que se seguem.

30 O servidor que, tendo tomado posse em cargo efetivo, não entrar em exercício no prazo de 15 dias, contados da data da posse, será exonerado de ofício.

31 Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor que ocupa cargo de natureza especial foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo de suas atribuições atuais.

Nessa situação, o servidor deverá optar pela remuneração de um dos cargos durante o período da interinidade.

32 Considerando que a nacionalidade brasileira é requisito básico para a investidura em cargo público, às universidades não é permitido prover seus cargos com professores estrangeiros.

Acerca do regime disciplinar, em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

33 Durante o período de doze meses, uma servidora pública se ausentou do serviço, sem causa justificada, por trinta dias interpoladamente. Nessa situação, restou configurado o abandono de cargo que é uma das causas de aplicação da pena disciplinar de demissão.

34 Um servidor público acumulava, em dois órgãos distintos, os cargos de analista de finanças e analista ambiental, respectivamente. Quando exercia as funções do cargo de analista de finanças, o servidor foi surpreendido com uma notificação de sua chefia imediata, para apresentar opção em um dos cargos que ocupava no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência. Imediatamente, o servidor se dirigiu ao setor de recursos humanos do órgão e fez a sua opção pelo cargo de analista de finanças, tendo, no dia seguinte, solicitado a exoneração do cargo de analista ambiental no outro órgão. Nessa situação, por estar a acumulação ilegal de cargos sujeita à pena disciplinar de demissão, o chefe do servidor que o notificou deverá instaurar processo administrativo disciplinar.



A figura acima mostra a janela Painel de controle do Windows XP. Com relação a essa figura e a conceitos de *hardware* e *software* de computadores do tipo PC, julgue os itens seguintes.

35 Essa janela pode ter sido aberta por meio de opção disponibilizada no *menu* exibido ao se clicar o botão Iniciar do Windows XP.

36 Para se conectar o computador a uma rede *ethernet*, é necessário, primeiramente, configurá-lo para esse fim,

por meio do ícone . Também é essencial a instalação de um *modem* ADSL no computador.

Três amigos decidiram constituir uma empresa, em sociedade, para a prestação de serviços técnicos nas áreas de contabilidade, informática e telefonia. O contador contribuiu com R\$ 2.000,00, o técnico em informática, com R\$ 3.000,00 e o técnico em telefonia, com R\$ 4.000,00. Ao final de um ano de serviços, a empresa obteve um lucro de R\$ 5.400,00 para ser dividido em partes proporcionais aos valores empenhados por cada sócio. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

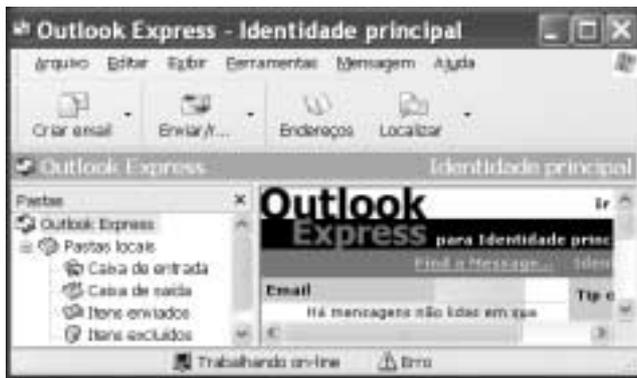
- 37** O técnico em telefonia deve receber mais de 40% do lucro.
- 38** O técnico em informática deve receber uma quantia inferior a R\$ 1.840,00.
- 39** Se a metade do lucro for aplicada a uma taxa de juros de 2%, compostos mensalmente, então, ao final de 2 meses, o montante obtido nesse investimento será superior a R\$ 2.820,00.

Do total de funcionários de uma repartição pública, metade faz atendimento ao público, um quarto cuida do cadastramento dos processos e um sétimo faz as conferências. Os três funcionários restantes realizam serviços de apoio, contratados com recursos especiais. Sabendo que nenhuma das funções é cumulativa, julgue os itens a seguir.

- 40** Nessa repartição, trabalham mais de 25 funcionários.
- 41** Com relação aos recursos utilizados para a contratação dos serviços de apoio, sabe-se que, se forem somados R\$ 2.000,00 a esses recursos, o valor não alcança R\$ 3.800,00. Se forem retirados R\$ 500,00 dos mesmos recursos especiais, restam mais de R\$ 400,00. Então, esses recursos são superiores a R\$ 1.000,00 e inferiores a R\$ 1.500,00.

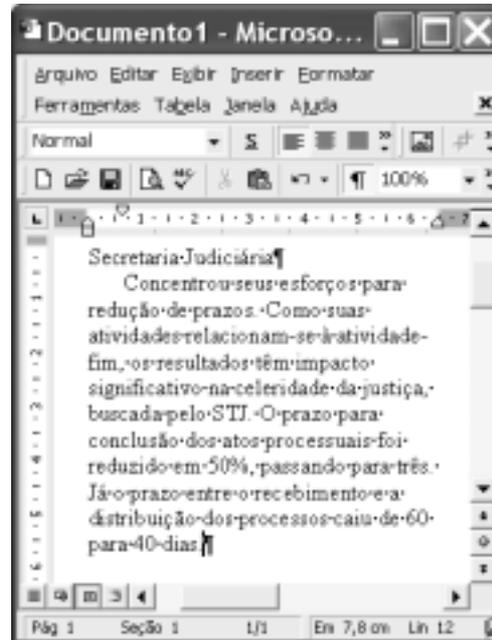
Uma loja que vende cartuchos para impressoras tem em seu estoque 2.576 mL de tinta, distribuídos entre cartuchos de tinta preta e de tinta colorida. A venda de todos os cartuchos geraria uma receita de R\$ 3.032,00. Cada cartucho preto, vendido a R\$ 26,00, contém 20 mL de tinta, enquanto cada cartucho colorido, vendido a R\$ 38,00, contém 36 mL de tinta. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 42** O valor do estoque de cartuchos coloridos é inferior a R\$ 1.200,00.
- 43** Há, no estoque, mais de 35 cartuchos coloridos e menos de 65 cartuchos pretos.



Considerando a janela do Outlook Express 6 ilustrada acima, julgue os itens a seguir.

- 44 O Outlook Express consiste em um aplicativo dedicado à operação com mensagens de correio eletrônico, quando em modo *online*, e à navegação *intranet*, quando em modo *navigator*.
- 45 Atualmente, mensagens de correio eletrônico podem ser utilizadas para se enviar aplicativos maliciosos que, ao serem executados, acarretam aumento na vulnerabilidade de um computador e das possibilidades de ataque a um sistema. Entre esses aplicativos, encontram-se aqueles denominados vírus de computador, que podem ser definidos como sendo programas ou macros executáveis que, ao serem acionados, realizam atos não-solicitados e copiam a si mesmos em outros aplicativos ou documentos.
- 46 Existem diversos procedimentos ou mecanismos para impedir que aplicativos maliciosos anexados a uma mensagem de correio eletrônico sejam armazenados ou executados em um computador. Entre esses, pode-se destacar o uso de *firewall*, que, ao ser instalado entre uma rede, ou computador, a ser protegida e o mundo externo, é capaz de decidir ativamente qual tráfego de informação poderá ser enviado pela rede, diminuindo as conseqüências de um ataque do tipo negação de serviço (*denial of service*).



Considerando a figura acima, que contém parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.stj.gov.br>, julgue os itens subsequentes, acerca do Word 2000 e do Excel 2000.

- 47 É correto afirmar que a parte do documento mostrada contém dois parágrafos, ambos alinhados à esquerda. Para justificar o alinhamento somente das três últimas linhas mostradas do documento, é suficiente selecionar o trecho “Já o prazo (...) 40 dias.” e, a seguir, clicar .
- 48 Ao se clicar o botão , será acessada uma janela que permite inserir no documento em edição, na posição em que se encontra o ponto de inserção, uma figura armazenada em arquivo.
- 49 Por meio da opção AutoConfiguração, encontrada no *menu Arquivo*, é possível configurar o Word 2000 de modo compartilhado com diferentes computadores interligados em rede. Dessa forma, o arquivo associado ao documento em edição pode ser acessado por usuários autorizados.
- 50 Sabendo que a figura a seguir ilustra parte de uma planilha Excel que contém informações referentes às datas de recebimento e distribuição de processos no STJ, caso se adote o prazo informado no último período do texto contido na janela do Word 2000, a informação mostrada na célula C3 dessa planilha pode ser corretamente obtida, realizando-se o seguinte procedimento: clicar a célula C3, digitar $=B3+40$ e teclar .

	A	B	C
1	processo		
2	número	recebido em	distribuído em
3	543	9/3/04	18/4/04
4			
5			

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando os direitos e as garantias individuais e coletivas no direito brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 51** A inviolabilidade de direitos individuais é distinguida das garantias constitucionais, ainda que atuem em conexão.
- 52** O direito de privacidade, quando identificado com o direito de intimidade, diz respeito às situações individuais de poder ficar tranqüilo, em situação de paz, e de estar só.
- 53** Os chamados direitos coletivos podem encontrar fundamento em toda a ordem constitucional e mesmo em torno da ordem infraconstitucional, sendo que alguns deles, como o de reunião e o de associação, são direitos individuais de expressão coletiva.
- 54** Em matérias referentes à vida, à igualdade, à liberdade e à propriedade, os destinatários dos direitos e garantias individuais podem ser tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

No concernente à organização dos poderes e do Estado brasileiro, julgue os itens subseqüentes.

- 55** Ao TRF compete julgar e processar, originariamente, os crimes contra a organização do trabalho e contra o sistema financeiro e a ordem econômica.
- 56** Enquanto o território estatal constitui o limite espacial no qual se exerce efetiva e exclusivamente o poder de Estado, configurando o âmbito de validade jurídica, a forma de Estado é o modo de exercício desse poder em função também da unidade ou da multiplicidade organizativa.
- 57** Considere a seguinte situação hipotética.

Um juiz federal negou provimento a mandado de segurança impetrado contra ato de uma autarquia pública federal. Inconformado com a decisão, o advogado do impetrante interpôs recurso para no STJ sob o fundamento de que tal decisão afrontava lei federal.

Nessa situação, o recurso foi interposto de maneira correta.

- 58** Considere a seguinte situação hipotética.

Impetrou-se mandado de segurança contra um ministro de Estado sob o fundamento de que ele, por abuso de poder, não atentara para direito líquido e certo, disposto em uma lei federal, de um cidadão brasileiro. O advogado deste protocolou a peça processual perante o Supremo Tribunal Federal, que proferiu decisão reconhecendo-se incompetente para o feito.

Nessa situação, o advogado do cidadão agiu corretamente.

- 59** Os estados federados têm competência exclusiva para criar, incorporar, fundir e desmembrar municípios, desde que obedeçam aos ditames de lei estadual e de lei complementar estadual.

Com relação à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 60** Enquanto pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos formam o sentido subjetivo da administração pública, a atividade administrativa exercida por eles indica o sentido objetivo.
- 61** A descentralização por serviços caracteriza-se pelo reconhecimento de personalidade jurídica ao ente descentralizado, que deve ter capacidade de auto-administração, patrimônio próprio, capacidade específica ou de especialização e submissão ao controle ou à tutela por parte de ente descentralizado nos termos da lei.
- 62** A polícia administrativa, como componente da administração pública, estabelece as limitações administrativas, configuradas nas restrições de direitos individuais em favor de direitos coletivos ou públicos.
- 63** Enquanto a desconcentração é a distribuição de competências de uma para outra pessoa, física ou jurídica, a descentralização é a distribuição interna de competência dentro da mesma pessoa jurídica.
- 64** O fomento abrange a atividade administrativa de incentivo a qualquer iniciativa privada que requisite subvenções ou financiamentos.

Considerando o disposto acerca dos atos e dos contratos administrativos, julgue os seguintes itens.

- 65** O motivo do ato administrativo vincula-se ao pressuposto de fato e de direito em que se deve fundamentar o ato administrativo.
- 66** A unilateralidade das cláusulas dos contratos administrativos lhes confere natureza de contrato de adesão.
- 67** Os despachos de encaminhamento de papéis e processos, bem como a confecção de laudos e pareceres, são exemplos de atos administrativos preparatórios ou complexos.
- 68** As chamadas cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos lhes são peculiares, pois podem ser consideradas ilícitas em contratos de natureza privada, já que encerram prerrogativas de uma das partes em relação à outra.
- 69** A presunção de legitimidade dos atos administrativos inverte o ônus da prova para quem alega a ilegalidade de determinado ato administrativo.

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto acerca de contratos, licitações e processos administrativos.

70 A execução indireta de obra pública ou serviço pode ser efetivada na modalidade de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário ou empreitada integral.

71 A licitação é uma espécie de ato administrativo próprio, enquadrado no gênero de procedimento administrativo, e que também integra certos contratos administrativos.

72 O contrato de fornecimento tem por natureza a aquisição de bens móveis, imóveis ou semoventes requisitados em obras ou serviços.

73 Considere a seguinte situação hipotética.

A Universidade de Brasília estabeleceu em edital as regras de um processo licitatório para a aquisição de alguns equipamentos para o laboratório de química orgânica. Após a abertura e análise das duas propostas encaminhadas, a comissão de licitação decidiu pela inabilitação dos concorrentes.

Nessa situação, a licitação deve ser considerada deserta ou fracassada.

74 O dispositivo da verdade sabida, que se refere ao conhecimento pessoal e direto da falta do funcionário pela autoridade competente para aplicar a pena — suspensão ou repreensão —, é processo administrativo com fundamento na ampla defesa e no contraditório.

75 A sindicância é processo administrativo para apuração de irregularidade praticada por funcionários públicos, podendo ser realizada por outro funcionário ou por comissão de funcionários designados por meio de portaria, instrução e defesa.

A respeito das pessoas jurídicas de direito privado, julgue os itens a seguir.

76 Não há impedimento para uma associação desenvolver atividades econômicas para geração de renda, desde que não partilhe os resultados decorrentes entre os associados, mas, sim, os destine integralmente à consecução de seu objetivo social.

77 A associação civil é uma pessoa jurídica de direito privado, criada a partir de conjunto de bens para o exercício de atividade que não tenha finalidade econômica ou lucrativa.

78 A fundação privada é uma pessoa jurídica constituída a partir de um patrimônio destinado por uma pessoa física ou jurídica à realização de um fim social lícito e determinado.

79 A criação de uma fundação pode ser feita por ato *causa mortis*, por meio de testamento de qualquer modalidade — público, cerrado, particular —, o qual produz efeito apenas somente após a morte do testador, com a abertura da sucessão. A fundação também poderá surgir por ato *inter vivos*, e a declaração de vontade pode revestir-se de forma pública ou particular.

Acerca das pessoas naturais, julgue os itens seguintes.

80 Poderá ser concedida, por sentença judicial, a emancipação do menor de idade de dezesseis anos completos que esteja sob tutela.

81 O alcoólatra e o toxicômano são totalmente incapazes de praticar atos negociais.

À luz da Lei de Introdução do Código Civil, julgue os itens que se seguem.

82 Quando o juiz não encontrar na legislação uma norma aplicável ao caso concreto, deverá tentar decidi-lo, primeiramente, por analogia, depois, valer-se dos costumes e, finalmente, recorrer aos princípios gerais de direito.

83 A lei nova pode extinguir o direito adquirido e modificar a coisa julgada.

84 Quando lei nova regula a mesma matéria regulada em lei já existente, esta continuará vigorando, a não ser que haja expressa determinação em sentido contrário.

85 A lei nova só começa a vigorar no dia de sua publicação no Diário Oficial da União, se assim estiver expressamente determinado.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca do domicílio.

86 O direito brasileiro adotou o sistema da pluralidade de domicílios. Assim, é correto afirmar que a pessoa natural pode ter não apenas várias residências, mas também mais de um domicílio.

87 A pessoa adquire o domicílio voluntário ao escolher o lugar de sua residência habitual e o centro de seus negócios; já o domicílio necessário ou legal é o lugar em que a lei presume que a pessoa resida.

88 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada empresa do ramo alimentício possui diversas filiais, situadas em diferentes capitais brasileiras. Seu estatuto não traz a declaração de domicílio da empresa.

Nessa situação, cada uma das filiais será considerada domicílio no que se refere aos negócios nela efetivados.

Em relação a atos processuais, processo e procedimento, julgue os itens subseqüentes.

89 Quando o juiz acolhe ou rejeita o pedido do autor, profere sentença que extingue o processo sem julgamento de mérito.

90 Diz-se que a sentença transitou em julgado quando, após sua prolação, esgota-se o prazo para a propositura de ação rescisória contra ela.

91 A ação é considerada proposta após a citação válida do réu, e não no momento em que a inicial é distribuída ou despachada pelo juiz.

92 Apesar de o rito sumário ser mais condensado que o ordinário, caracterizando-se como procedimento de cognição resumida, ainda assim compõe-se de fases petitória, instrutória e decisória, comportando realização de audiência de instrução e julgamento.

Julgue os itens a seguir, relativos a prazos e procedimento.

- 93** O prazo para contestação começa a correr a partir do primeiro dia útil seguinte ao da citação do réu. Assim, se o réu foi citado no dia 5 de março, sexta-feira, o prazo de contestação começou a correr no dia 8, segunda-feira, e terminou no dia 22 do mesmo mês.
- 94** Esgotado o prazo de que dispunha para a prática de ato processual, a parte perderá a faculdade de praticá-lo posteriormente, por força da preclusão. Assim, se o réu deixa de oferecer contestação no prazo legal, fica extinto seu direito de fazê-lo posteriormente.
- 95** O juiz que deixa de cumprir prazo estipulado para a prática de determinado ato está sujeito à chamada preclusão *pro iudicato*, que o impede de praticar o ato extemporaneamente.
- 96** Se a parte renunciar ao direito de recorrer, não poderá, após tal renúncia, manifestar seu interesse em oferecer recurso. Ocorre, na hipótese, a chamada preclusão lógica.

Em relação aos sujeitos do processo, julgue os itens seguintes.

- 97** A pessoa estranha ao litígio será considerada parte se for atingida pelos efeitos da sentença, mesmo se não houver participado do processo.
- 98** Para o processo civil, terceiros são aqueles auxiliares do juízo no que diz respeito ao processo, como, por exemplo, o oficial de justiça, o contador e o perito.
- 99** A propositura de ação em conjunto por vários servidores públicos contra a fazenda pública para recebimento de um mesmo reajuste caracteriza litisconsórcio ativo facultativo, porque se trata de vários autores que se juntaram para propor determinada ação sem que fosse necessário litigar em conjunto.

Em relação a recursos, julgue o item abaixo.

- 100** Sendo distintos os juízos de admissibilidade e de mérito dos recursos, é possível que o recurso seja não-conhecido e provido ou, ainda, não-conhecido e improvido, conforme se acolha ou rejeite a postulação do recorrente.

Em um município do interior do estado de Goiás, a autoridade policial tomou conhecimento, por meio de comunicação feita por policial militar, da ocorrência de crime de homicídio em um assentamento de reforma agrária. Cinco dias após o homicídio, o autor da infração penal compareceu espontaneamente perante a autoridade policial, oportunidade em que confessou o crime.

A partir da situação acima, julgue os itens a seguir.

- 101** Antes da confissão da autoria do crime, a autoridade policial não poderia, de ofício, instaurar inquérito policial.
- 102** No momento em que o autor se apresentou à autoridade policial, esta deveria efetuar sua prisão em flagrante e lavrar o respectivo auto.

A respeito das espécies de ação penal, em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 103** Rita, vítima de crime de estupro, por não ter condições de prover as despesas do processo sem privar-se de recursos indispensáveis a sua manutenção, apresentou representação criminal para que o Ministério Público propusesse ação penal contra o seu ofensor, Fábio. Por se tratar de crime de ação penal pública condicionada a representação, de posse da representação da vítima, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Fábio. Antes de o juiz receber a denúncia, Rita apresentou retratação da representação. Nessa situação, por ser a representação irretratável, o juiz deve receber a denúncia.
- 104** Mauro foi vítima de crime de injúria, de ação penal privada, praticado por Manuel e Pedro. Por meio de uma declaração expressa, o ofendido renunciou ao exercício do direito de queixa em relação a Manuel. Nessa situação, a renúncia se estenderá a Pedro.
- 105** A pedido do Ministério Público, foram arquivados os autos de um inquérito policial que apurava um crime de ação penal pública incondicionada. Nessa situação, será cabível ação penal privada subsidiária da pública.

Acerca da competência no processo penal, em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106** Marcos enviou uma carta-bomba, por meio de uma agência dos correios de Brasília – DF, para Vinícius, que residia na Argentina, com a intenção de matá-lo. Vinícius faleceu após abrir a carta devido à explosão da bomba. Nessa situação, a competência para processar e julgar Marcos será da vara do tribunal do júri da circunscrição judiciária de Brasília – DF.
- 107** José foi vítima de calúnia, crime de ação penal privada, praticada por Renato na cidade de Natal – RN. Renato era residente e domiciliado em Porto Alegre – RS. Nessa situação, é possível a propositura, por José, de ação penal privada na comarca de Porto Alegre – RS.
- 108** Um indivíduo, para ocultar furto que praticara em uma residência e conseguir impunidade do crime, matou o vigia que trabalhava no local. Nessa situação, o tribunal do júri será o órgão competente para processar e julgar os crimes de furto e homicídio.

Quando a infração penal deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Com relação a esse assunto, julgue os itens subseqüentes.

109 Os exames de corpo de delito devem ser realizados exclusivamente por dois peritos oficiais.

110 Desaparecidos os vestígios da infração penal, a prova testemunhal poderá suprir o exame de corpo de delito direto.

Acerca do processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, julgue os itens seguintes.

111 Para a aplicação do rito do processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, basta que o sujeito ativo da infração penal seja funcionário público.

112 Se um funcionário público for denunciado pela prática de crime de peculato em concurso de pessoas com um particular, a notificação para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias, deverá ser endereçada para os dois denunciados.

113 A notificação do funcionário público, nos crimes de responsabilidade, para apresentar resposta ou defesa preliminar, não dispensa sua citação regular, na hipótese de recebimento da denúncia pelo juiz.

A respeito do sujeito ativo e do sujeito passivo de crime, julgue os seguintes itens.

114 A pessoa jurídica, de acordo com o ordenamento constitucional e infraconstitucional, pode ser sujeito passivo de crime.

115 Os animais e as coisas inanimadas podem ser objeto material de crime, mas não sujeito ativo.

116 Os menores de dezesseis anos, por serem absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, não podem ser sujeito passivo de crime.

No que tange à imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

117 Os surdos-mudos que não receberam instrução adequada são penalmente inimputáveis.

118 O índio, mesmo que integrado e adaptado ao meio civilizado, é penalmente inimputável.

Acerca do concurso de pessoas, julgue os itens que se seguem.

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Uma enfermeira, por ordem do médico, ministrou veneno a um paciente, supondo que se tratava de medicamento, ação que resultou na morte do doente.

Nessa situação, a enfermeira e o médico responderão pelo crime de homicídio, em concurso de pessoas.

120 Considere a seguinte situação hipotética.

No interior de uma mata, Cláudio e Tiago, ao mesmo tempo, sem conhecerem a intenção um do outro, efetuaram tiros de revólver contra Mário, que veio a falecer em face dos ferimentos causados pelo disparo da arma portada por Tiago.

Com base nessa situação, Cláudio e Tiago responderão pelo crime de homicídio, em concurso de pessoas.

Acerca da produção e do trâmite de documentos, julgue os itens a seguir.

121 Para que a produção documental se dê de forma racionalizada, é recomendável evitar a reprodução desnecessária de documentos.

122 Documentos originais não devem ser desmembrados de seus conjuntos.

123 Antes de seu arquivamento, os documentos devem ser devidamente classificados.

124 A principal função de um setor de protocolo deve ser o empréstimo de documentos.

125 O instrumento utilizado para controlar os documentos que tramitam em instituições como o STJ denomina-se folha de autuação.

Ao implantar um programa de gestão documental, o arquivo do STJ fará uso de instrumentos auxiliares. Com referência a esses instrumentos e às práticas arquivísticas, julgue os itens subseqüentes.

126 A tabela de temporalidade visa atribuir prazo de guarda para os documentos de terceira idade.

127 O plano de classificação visa possibilitar o arquivamento e a recuperação de documentos.

128 O descarte deve ocorrer em todas as fases do ciclo vital de documentos.

129 As minutas de documentos devem receber classificações individualizadas em função do prazo de guarda a elas atribuído.

130 Cumpridos os prazos estabelecidos pela tabela de temporalidade para os documentos da fase corrente, aqueles que não forem descartados devem ser recolhidos à fase intermediária.